

152
190
7690

IEA mostra entrave para o extrativismo

BELÉM — A antropóloga Mary Helena Alegretti, presidente do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) denunciou, ontem, no seminário internacional sobre pobreza, meio ambiente e desenvolvimento da Amazônia (Simdamazônia) que o monopólio na comercialização de produtos extrativistas é o principal entrave à consolidação de reservas extrativistas na região amazônica, idéia defendida pelo líder seringueiro e ecologista Chico Mendes, assassinado em Xapuri, Acre, em dezembro de 1988. Mary Alegretti — que participou do painel "modelos de desenvolvimento agrossilvopastoris ecológica e sócio-economicamente sustentáveis para a Amazônia", defendeu que a melhor alternativa para se combater o extrativismo desordenado com seus consequentes danos ecológicos é oferecer aos povos da floresta possibilidades de melhoria de vida, agregando-se valores a sua produção.

Ao atacar o monopólio na comercialização de produtos extrativistas, Mary Alegretti citou o caso da extração de castanha-do-pará, defendendo a instalação de usinas de beneficiamento de castanha nas regiões produtoras, controladas por cooperativas formada por castanheiros, a exemplo do que ocorre atualmente em Xapuri, no Acre, com grande sucesso. O pesquisador Alfredo Homma, do Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia

Oriental (CPATU/Embrapa), mostrou, por outro lado, que há um enfraquecimento no extrativismo na região e pregou o cultivo de espécies de alto valor de mercado e a substituição de determinados produtos naturais por outros sintéticos e o aumento da produtividade das atividades de roça e criação de animais.

José Natalino da Silva, pesquisador do CPATU, destacou ainda o expressivo crescimento da exploração madeireira na Amazônia nos últimos anos. Segundo ele, em 1976 foram extraídos 7,6 milhões de metros cúbicos de madeira tropical na Amazônia, quantidade que subiu para 24,6 milhões em 1988. Natalino da Silva propôs, no Simdamazônia, que se adote um modelo de exploração madeireira sustentável, com o estabelecimento de períodos de repouso nas áreas de extração e o plantio de espécies de crescimento rápido em áreas já exploradas.

Já o pesquisador Emanuel Adilson Serrão defendeu a concentração de esforços para a recuperação de 40 milhões de hectares na região Amazônica devastados pela pecuária de corte. Serrão pregou a adoção de modelos diferenciados na pecuária amazônica, com pecuária semi-intensiva para médios e grandes produtores e pecuária de corte e leite intensiva para pequenos produtores em sistemas integrados agrossilvopastoris.

Eron condena postura

A desmistificação de que as áreas indígenas dos Ianomamis e Tikunas, demarcadas pelo governo federal, representam a penúria do caboclo e um entrave ao desenvolvimento regional foi a tônica da palestra que o deputado Eron Bezerra (PC do B) proferiu ontem no Seminário Internacional Sobre o Desenvolvimento na Amazônia (Simdamazônia), que termina hoje em Belém (PA), razão pela qual não pôde comparecer à abertura dos trabalhos na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Abordando o tema "Unidades de Conservação e Reservas Indígenas", Eron Bezerra condenou a postura de alguns segmentos e autoridades, especialmente a do governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, contrários à política de demarcação, alegando que isto representaria a condenação do povo ribeirinho à fome, já que o caboclo não disporia de áreas para cultivo: "Esse argumento cai frente a um simples análise. Atualmente, 96% da alimentação consumida em Manaus vem de outros Estados. Assim, é evidente que as reservas indígenas não são responsáveis pela inexistência de uma produção agrícola a nível estadual", destaca Eron.

O provável prejuízo econômico que o Estado sofreria em consequência do fechamento de várias mineradoras, que deixariam de trabalhar nas áreas demarcadas, foi também contestado. Lembrou o deputado comunista que a receita prevista para o Amazonas para este ano é de 1 trilhão, 262 bilhões e 529 milhões de cruzeiros, dos quais ape-



O deputado Eron

nas 100 milhões serão arrecadados em decorrência da exploração mineral no Estado. "Isso evidencia que a real preocupação do governo é com os minérios, pois se alguém vai ter prejuízo com a eventual interrupção dessa atividade são as mineradoras, e não o Estado".

O Simdamazônia está discutindo proposta para o desenvolvimento sustentado para os Estados amazônicos, contando com a participação de cientistas, ambientalistas e autoridades dos governos estaduais. Desse seminário serão tiradas propostas que vão ser encaminhadas à Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92.